



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área/Especialidade Pedagogia

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'P', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Liberdade minha, liberdade tua

Uma professora do meu tempo de ensino médio, a propósito de qualquer ato de indisciplina ocorrido em suas aulas, invocava a sabedoria da frase "A liberdade de um termina onde começa a do outro". Servia-se dessa velha máxima para nos lembrar limites de comportamento. Com o passar do tempo, esqueci-me de muita coisa da História que ela nos ensinava, mas jamais dessa frase, que naquela época me soava, ao mesmo tempo, justa e antipática. Adolescentes não costumam prezar limites, e a ideia de que a nossa (isto é, a minha...) liberdade termina em algum lugar me parecia inaceitável. Mas eu também me dava conta de que poderia invocar a mesma frase para defender aguerridamente o meu espaço, quando ameaçado pelo outro, e isso a tornava bastante justa... Por vezes invocamos a universalidade de um princípio por razões inteiramente egoístas.

Confesso que continuo achando a frase algo perturbadora, provavelmente pelo pressuposto que ela encerra: o de que os espaços da liberdade individual estejam distribuídos e demarcados de forma inteiramente justa. Para dizer sem meias palavras: desconfio do postulado de que todos sejamos igualmente livres, ou de que todos dispomos dos mesmos meios para defender nossa liberdade. Ele parece traduzir muito mais a aspiração de um ideal do que as efetivas práticas sociais. O egoísmo do adolescente é um mal dessa idade ou, no fundo, subsiste como um atributo de todas?

Acredito que uma das lutas mais ingentes da civilização humana é a que se desenvolve, permanentemente, contra os impulsos do egoísmo humano. A lei da sobrevivência na selva – lei do instinto mais primitivo – tem voz forte e procura resistir aos dispositivos sociais que buscam controlá-la. Naquelas aulas de História, nossa professora, para controlar a energia desbordante dos jovens alunos, demarcava seu espaço de educadora e combatia a expansão do nosso território anárquico. Estava ministrando-nos na prática, ao lembrar os limites da liberdade, uma aula sobre o mais crucial desafio da civilização.

(Valdeci Aguirra, inédito)

1. A frase invocada nas aulas de História constitui o centro das presentes reflexões do autor do texto, que a explora, fundamentalmente, como expressão
- (A) das atribuições que todo professor bem intencionado precisa enfrentar, diante de jovens rebeldes e problemáticos.
 - (B) dos impasses que a civilização provoca, ao pretender conciliar a fragilidade dos instintos e o sentimento da liberdade.
 - (C) da histórica batalha que se trava entre os nossos impulsos mais primitivos e a necessária estruturação da ordem social.
 - (D) da dificuldade que aflige os adolescentes, quando tentam justificar seu egoísmo alegando os mais nobres princípios.
 - (E) da ambiguidade medular dos processos históricos, representada na indecisão entre a escolha da liberdade ou da justiça.

2. Considerando-se o sentido geral e conclusivo do texto, o título **Liberdade minha, liberdade tua** tem significação equivalente à da seguinte formulação:
- (A) Minha liberdade nada tem a ver com a tua.
 - (B) A tua e a minha liberdade são essencialmente a mesma.
 - (C) Tua liberdade acaba por eliminar a minha.
 - (D) A minha e a tua liberdade devem conciliar-se.
 - (E) Nossas liberdades exercem-se paralelamente.
3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No primeiro parágrafo, a última frase expressa uma verdade geral que se depreendeu da análise de uma situação particular.
 - II. No segundo parágrafo, a perturbação confessada pelo autor do texto advém do reconhecimento de que todos os adolescentes são egoístas.
 - III. No terceiro parágrafo, a lei do mais forte é invocada para explicar por que idealizamos os nossos mais primitivos instintos.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
4. Os dois casos de emprego de reticências, no primeiro parágrafo, têm em comum o fato de servirem a um enunciado
- (A) independente e sem consecução lógica.
 - (B) cuja intenção é expressar uma ironia.
 - (C) que ratifica a afirmação imediatamente anterior.
 - (D) sem conexão lógica com a afirmação anterior.
 - (E) que conclui a lógica da argumentação em curso.
5. Considerando-se o contexto, a alternativa em que NÃO se traduz com equivalência de sentido uma expressão do texto é:
- (A) *Servia-se dessa velha máxima* (1º parágrafo) = recorria a esse antigo adágio.
 - (B) *para defender aguerridamente* (1º parágrafo) = a fim de resguardar com denodo.
 - (C) *desconfio do postulado* (2º parágrafo) = suspeito da premissa.
 - (D) *subsiste como um atributo* (2º parágrafo) = remanesce como uma característica.
 - (E) *resistir aos dispositivos sociais* (3º parágrafo) = sublevar as imposturas da sociedade.
6. Está clara e correta esta nova redação de uma frase do texto:
- (A) Ela atribuía o sentido da velha frase ao propósito de refrear nossos atos de fragilante indisciplina.
 - (B) Ao ouvir aquela frase, que nunca mais me esqueci, soava-me a um só tempo tão justa quanto antipática.
 - (C) O que essa frase me causa espécie está na pressuposição de haver nela uma justa distribuição dos espaços de liberdade.
 - (D) Afirmo, sem tergiversar: custa-me crer que dispomos todos dos mesmos meios para preservar nossa liberdade.
 - (E) Com vistas ao controle de nossos ímpetos, ela se propunha debelar-se contra o nosso insipiente anarquismo.



7. No contexto, estabelecem entre si uma oposição de sentido os seguintes segmentos:

- (A) *prezar limites e demarcava seu espaço.*
- (B) *aspiração de um ideal e efetivas práticas sociais.*
- (C) *energia desbordante e expansão do nosso território anárquico.*
- (D) *não costumam prezar limites e território anárquico.*
- (E) *limites da liberdade e crucial desafio da civilização.*

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) (**costumar**) seguir os nossos atos de indisciplina a invocação das sábias palavras daquela velha frase.
- (B) Entre os adolescentes não (**ser**) de hábito respeitar os limites da liberdade individual.
- (C) A ninguém da classe (**deixar**) de tocar, naquela época, seus alertas contra o nosso anarquismo.
- (D) Nas aulas em que (**cabem**) invocá-las, a professora repetia as palavras daquele velho ditado.
- (E) Um desafio que aos homens sempre se (**importar**), em razão dos seus impulsos egoístas, está em respeitar o espaço alheio.

9. É preciso **corrigir**, por incoerente, a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que se considere a realidade prática, nos ideais buscamos projetar os valores que a aperfeiçoariam.
- (B) Aquela frase sempre me pareceu perturbadora, conquanto tenham variado as razões para assim considerá-la.
- (C) Ainda que se considerem naturais certos impulsos egoístas, há que combatê-los e tentar superá-los.
- (D) Malgrado a tendência anárquica dos jovens, muitos se mostram receptivos à máxima que postula limites para a liberdade.
- (E) A par das lições de História, a professora nos ministrava as de conduta, que acabaram por se revelar as mais duradouras.

10. Atente para as frases abaixo.

- I. Todos queremos defender nossa liberdade, tornar-lhe imune a qualquer restrição, proclamar-lhe aos quatro ventos.
- II. Sim, o egoísmo é uma inclinação natural, mas acatar-lhe é curvar-se a um instinto primitivo; cumpre, a todo custo, restringi-lo a violência.
- III. As palavras daquela frase ressoaram fortemente em nossa consciência arrogante, abalaram-na, retiraram-lhe o falso triunfalismo.

Está plenamente adequado o emprego de pronomes em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Legalidade e legitimidade

A **legalidade** funda-se em um forte conceito ético, que é a **legitimidade**. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente, não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo.

Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito. Com isso, a legitimidade do poder torna-se questionável. As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas, legítimas, e, portanto, o direito fundamental estaria sendo desrespeitado. O legalismo cego e formal pode tornar-se arma para referendar abuso de poder e restrição ilegítima às liberdades individuais. Percebe-se, então, que, a despeito de ser atualmente o direito fundamental de liberdade assegurado em documentos legais ao redor do mundo, existe uma conotação ética que lhe serve de razão última e principal.

A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida: formalmente, quanto às regras preestabelecidas de formação, limites e conteúdo da lei; materialmente, quanto à legitimidade tanto das regras preestabelecidas quanto do poder que impõe as leis e que se encarrega de garantir seu cumprimento.

O conteúdo das leis é também fonte de considerações éticas. Pode uma lei ser formalmente válida e emanada de poder legítimo, e mesmo assim ser moralmente considerada inválida, enquanto limitadora do conteúdo das liberdades. Daí concluir-se que a legitimidade do poder não é suficiente para que a legalidade seja legítima; é necessário também que o conteúdo das leis seja expressão da soberania popular.

(Adaptado de Marco Aurélio Alves Adão, Procurador da República. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>)

11. Depreende-se da leitura do texto que a legalidade e a legitimidade

- (A) derivam de um mesma fonte ética, razão pela qual é difícil distingui-las.
- (B) estabelecem entre si, na ordem dada, uma relação de causa e efeito.
- (C) devem articular-se de modo que a segunda embase a primeira.
- (D) estabelecem entre si uma relação hipotética e meramente formal.
- (E) devem articular-se para estabelecer um forte conceito ético.



12. Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito.

Na frase acima (2º parágrafo), afirma-se que

- (A) a identificação de um estado autoritário se estabelece quando a hipertrofia da esfera da política implica a hipertrofia do campo do direito.
- (B) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, resulta atrofiada em relação à do poder do estado.
- (C) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, é parte da atrofia da esfera do poder estatal.
- (D) o poder abusivo do estado é a razão pela qual o direito é excluído dos regimes políticos autoritários.
- (E) o autoritarismo próprio dos estados hipertrofia o poder político em face da esfera do direito.

13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O legalismo, tomado em sentido estrito e puramente formal, pode vir a ser um dispositivo nocivo, inteiramente alheio aos princípios éticos.
- II. É inadmissível que ocorram na esfera do direito, qualquer que seja a circunstância, restrições às liberdades individuais.
- III. A legitimidade do poder é uma condição necessária e bastante para tornar o conteúdo das leis uma expressão da vontade popular.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

14. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) Em *Para que a limitação à esfera individual seja válida* (1º parágrafo), expressa-se a causa de uma consequência desejável.
- (B) Em *deve ser o poder que a impõe legítimo* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por **legitimamente**.
- (C) Em *As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas* (2º parágrafo), a expressão sublinhada indica uma premissa.
- (D) Em *A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida* (3º parágrafo), o termo sublinhado qualifica *liberdade*.
- (E) Em *e mesmo assim ser moralmente considerada inválida* (4º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **e não obstante isso**.

15. O desenvolvimento do terceiro parágrafo se dá de modo a enfatizar

- (A) o aspecto formalmente válido da restrição à liberdade.
- (B) o aspecto materialmente válido da restrição à liberdade.
- (C) a independência entre o aspecto formal e o material.
- (D) a equivalência de importância entre o aspecto formal e o material.
- (E) a subordinação do aspecto material ao aspecto formal.

16. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Torna-se questionável, a legitimidade do poder, quando ocorre uma hipertrofia: da esfera política em relação à do direito.
- (B) Não são éticas as limitações impostas à liberdade, quando, desrespeitado o direito fundamental, pela ação abusiva e autoritária do estado.
- (C) Pode o legalismo abstruso e formal tornar-se, eventualmente, uma arma, servindo de referendo para o abuso de poder ou para indevidas restrições.
- (D) Uma lei poderá ser, formalmente, mas não moralmente válida, no caso de vir a limitar em essência, o conteúdo da liberdade.
- (E) No caso de o conteúdo das leis, não expressar a soberania popular estará prejudicada a legitimidade do poder.

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Acerca de Montaigne

Montaigne, o influente filósofo francês do século XVI, foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento, foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo aproxima-se, sob certos aspectos, do que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.

Na concepção política de Montaigne, o indivíduo deve ser deixado livre dentro do quadro das leis, e a autoridade do Estado deve ser a mais leve possível. Para o filósofo, o melhor governo será o que menos se fizer sentir; assegurará a ordem pública sem invadir a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pelo equilíbrio da razão e pela clareza da consciência.

(Adaptado da introdução aos **Ensaios**, de Montaigne. Trad. de Sergio Milliet. S. Paulo: Abril, **Os Pensadores**, 1972.)

17. Há no primeiro parágrafo afirmações que induzem o leitor a identificar:

- I. um conservador típico como alguém rígido, limitado e dogmático.
- II. um revolucionário como alguém ativo, idealista, dotado de fé, energia e vontade.
- III. um conservador do século XVI com um liberal do século XIX.

Completa corretamente o enunciado desta questão o que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



<p>18. Na concepção política de Montaigne,</p> <p>(A) o governo, em sua disposição liberal, deve atuar como uma espécie de mentor ideológico da esfera individual.</p> <p>(B) o Estado, como instituição pública, deve adequar-se ao papel que lhe atribui a vontade soberana da população.</p> <p>(C) as leis que emanam do Estado devem ser respeitadas pelos cidadãos, em cuja vida privada ele evitará interferir.</p> <p>(D) os bons e leais cidadãos devem obediência às instituições, ainda que com sacrifício dos ditames da consciência e da racionalidade.</p> <p>(E) a ausência do Estado se justifica quando os ideais da vida privada são por si mesmos capazes de orientar a instância pública.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</p> <p>21. A respeito das eleições, é correto afirmar:</p> <p>(A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.</p> <p>(B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.</p> <p>(C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.</p> <p>(D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.</p>
<p>19. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Como sugere o autor do texto, encontra-se em Montaigne raízes de um pensamento liberal, vindo a se constituir propriamente no século XIX.</p> <p>(B) Ainda quando não admitisse interferência do Estado na vida privada, de modo algo paradoxal, Montaigne obedecia lealmente a essas leis.</p> <p>(C) Se Montaigne não foi responsável pelas instituições vijentes, por outro lado também as acatava, como súdito bom e fiel que prezava ser.</p> <p>(D) O aspecto liberal do pensamento de Montaigne revela-se, sobretudo, quando defende a esfera individual e os valores da vida privada.</p> <p>(E) Montaigne pronuncia-se contra as restrições, quando as mesmas ocorrem na vida privada, com exigências contrárias à razão de sua consciência.</p>	<p>22. Do funcionamento do Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Tribunal Pleno, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, será presidido pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) O Tribunal Pleno funcionará com dois terços de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.</p> <p>(C) O Tribunal Pleno realizará quatro sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.</p> <p>(D) Em caso de férias de membros das Câmaras, comporá automaticamente o quorum, observada sempre que possível a ordem decrescente de antiguidade, nas Câmaras Cíveis Reunidas, os membros das Câmaras Criminais Reunidas.</p> <p>(E) O Conselho da Magistratura será presidido pelo Vice-Presidente do Tribunal.</p>
<p>20. Quando o autor afirma que Montaigne <i>foi bem o contrário de um revolucionário</i>, está buscando destacar</p> <p>(A) o individualismo que norteou sua conduta e seu pensamento político.</p> <p>(B) o conservadorismo e o anacronismo do pensamento do filósofo.</p> <p>(C) a influência que o filósofo exerceu sobre as instituições da época.</p> <p>(D) a franca insurgência do pensador contra as tendências libertárias da época.</p> <p>(E) a contribuição do pensador como um entusiasta da soberania do Estado.</p>	<p>23. Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.</p> <p>(B) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.</p> <p>(C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.</p> <p>(D) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.</p> <p>(E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.</p>



<p>24. Haverá revisão, dentre outros processos,</p> <p>(A) nas apelações em processos de rito sumário. (B) nas apelações em processos de despejo. (C) nos recursos em sentido estrito. (D) nas revisões criminais. (E) nos agravos de instrumento.</p>	<p>29. Considere as assertivas abaixo a respeito da ajuda de custo.</p> <p>I. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que afastar-se do cargo ou reassumi-lo em virtude do exercício ou término de mandato eletivo.</p>
<p>25. Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos</p> <p>(A) reexames necessários. (B) embargos infringentes. (C) agravos regimentais. (D) agravos de instrumento. (E) conflitos de competência.</p>	<p>II. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que for colocado à disposição de outro Poder, ou esfera de Governo.</p> <p>III. À família do servidor que falecer na nova sede, serão assegurados ajuda de custo para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis – Lei nº 5.810/94.</p>	<p>IV. Caberá ajuda de custo ao servidor designado para serviço ou estudo no exterior, a qual será arbitrada pela autoridade que efetuar a designação.</p>
<p>26. Deoclécio, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu a</p> <p>(A) reversão. (B) reintegração (C) redistribuição. (D) aproveitamento (E) readaptação.</p>	<p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e IV. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) II e III.</p>
<p>27. NÃO se considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de</p> <p>(A) licença por motivo de doença em pessoa da família. (B) casamento, até no máximo oito dias. (C) férias. (D) desempenho de mandato classista. (E) faltas abonadas, até no máximo de cinco ao mês.</p>	
<p>28. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até</p> <p>(A) dois anos consecutivos, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (B) um ano consecutivo, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (C) dois anos consecutivos, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (D) um ano consecutivo, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (E) seis meses consecutivos, com remuneração, sendo vedada a concessão de nova licença antes de decorrido três meses do término da anterior.</p>	<p>30. Jânia, funcionária pública efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, logrou proveito de outrem, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública. Ela foi demitida. Neste caso, a demissão de Jânia</p> <p>(A) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de nove anos. (B) não incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual. (C) incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de cinco anos. (D) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de três anos. (E) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de dez anos.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. *A escola vai tratar a todos por igual. Entretanto, eles não são iguais. Em função disso, para uns tanto será suficiente aquilo que a escola lhes dá; para outros não. Uns triunfarão, outros irão fracassar.*

Nessa concepção de educação, a função social da escola tem sido a de

- (A) superar as discriminações existentes na sociedade.
- (B) manter a estrutura social e suas desigualdades.
- (C) respeitar a diversidade cultural dos alunos.
- (D) promover a igualdade social dos alunos.
- (E) desenvolver as habilidades dos alunos conforme sua aptidão.

32. *Quando as crianças das classes populares entram na escola, não deixam apenas as chinelas na porta da entrada, deixam também tudo o que sabem sobre o mundo e sobre si mesmas; deixam até sua capacidade de usar a linguagem oral para se comunicar [...] Como pode aprender quem é desacreditado na sua capacidade de aprender? Como pode avançar na aquisição de novos conhecimentos quem é avaliado como nada sabendo?*

Numa concepção crítica de educação, acolher os alunos que chegam à escola é

- (A) desenvolver sua habilidade de pensar.
- (B) apreendê-los como sujeitos socioculturais.
- (C) considerá-los de forma diferenciada, respeitando os seus ritmos.
- (D) percebê-los como pessoas dotadas de capacidades diferenciadas.
- (E) investir nas suas inteligências emocionais diferenciadas.

33. *Uma proposta pedagógica expressa sempre os valores e concepções que a constituem, e precisa estar intimamente ligada à realidade a que se dirige, explicitando seus objetivos de pensar criticamente essa realidade, enfrentando seus mais agudos problemas.*

Na concepção de educação que a autora defende, uma proposta pedagógica precisa ser

- (A) elaborada com a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos, como crianças e adolescentes, famílias, comunidade e profissionais.
- (B) organizada pela equipe técnica pedagógica da escola e aprovada pelo conjunto dos professores.
- (C) realizada pelos professores de cada área do conhecimento e compatibilizada pela coordenação pedagógica da escola.
- (D) estruturada pela equipe interdisciplinar da escola e aprovada pela Secretaria de Educação, obedecendo as normas estipuladas.
- (E) preparada de acordo com os parâmetros curriculares estabelecidos pela equipe pedagógica de cada escola.

34. *Vamos supor a existência de um grupo social onde, por alguma razão, nunca tenham sido vistos aviões. Se a um indivíduo desse grupo cultural for mostrado, pela primeira vez, um avião, ele não terá condições de interpretá-lo como tal; não disporá da representação simbólica, do instrumental psicológico que permita a compreensão desse objeto.*

Para Vygotsky, isso acontece porque é a partir da

- (A) interação entre duas realidades previamente separadas: o sujeito e a realidade que se pode compreender a construção do conhecimento do ponto de vista epistemológico.
- (B) construção do conhecimento, dada pela ação do sujeito, numa interação com o objeto do conhecimento, que se dá a organização da matriz cognitiva do indivíduo reflexivo.
- (C) experiência com o mundo objetivo e do contato com as formas culturalmente determinadas de organização do real que os indivíduos vão construir seu sistema de signos.
- (D) construção do real, por meio do método clínico, que se consegue conhecer o desenvolvimento das formas de interação do sujeito com a realidade.
- (E) concepção de que o sujeito se constitui na interação com o objeto, pois é a própria interação que permite a construção do sujeito e do objeto, e através do qual se dá a construção do conhecimento.

35. *O único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento.* (Vygotsky)

De acordo com essa concepção de ensino, o educador não deve levar em conta, como ponto de partida para a ação pedagógica, apenas o que o aluno já conhece, mas principalmente,

- (A) os erros que superou.
- (B) o seu desenvolvimento afetivo.
- (C) o seu estágio de desenvolvimento.
- (D) as suas potencialidades cognitivas.
- (E) os seus componentes de motivação para aquisição da aprendizagem.



36. *Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.*

Nessa relação professor-aluno

- (A) a co-responsabilidade do aluno pelo processo de desenvolvimento cognitivo é imprescindível.
- (B) a interação se dá entre iguais, num processo de construção diária de conhecimento.
- (C) a totalidade do conhecimento não é apreendida, pois não há assimilação deste pelo aluno.
- (D) o desenvolvimento intelectual se dá por meio das funções psicológicas culturalmente desenvolvidas.
- (E) o ensino e a aprendizagem são um mesmo ato e processo político de formação e de transformação.

37. *Muitas crianças, para não correrem o risco de serem criticadas por falar "errado", preferem calar a boca e reduzir o que tiverem de escrever ao mínimo possível, para não se expor às observações do tipo "pobreza de vocabulário", "falta de sentido" ou "erro ortográfico".*

Quando a criança demonstra não saber exprimir o que deseja, quando não consegue entender direito as explicações da professora, nem consegue fixar instruções um pouco longas, muitas vezes a dificuldade é

- (A) entendida como tendo origem na criança e que ela deve ser corrigida.
- (B) resultado de falta de maturidade para esta criança entrar na escola.
- (C) consequência da falta de acompanhamento da família na vida escolar da criança.
- (D) questão de metodologia inadequada às crianças com dificuldade de aprendizagem.
- (E) desconhecimento, por parte do professor, de psicologia do desenvolvimento.

38. *É impossível educar nas escolas quando os pais de nossas alunas são eles próprios mal educados; por conseguinte, qualquer tentativa nossa para educar estas crianças as poriam em atrito com os pais e parentes, e, por meio destes, conosco educadores.*

No meu tempo ensinavam isto no 2º ano (...) No primeiro ano eu já sabia isso. E com toda sua lógica, os pais vão deduzindo: a escola de hoje não ensina nada.

Hoje, o conflito escola-família exige a compreensão de que, em geral, os problemas e dificuldades vivenciados correspondem à

- (A) pouca importância que as famílias dão à educação de seus filhos.
- (B) falta de instrução dos pais e ausência de educação que dão a seus filhos.
- (C) formação precária dos professores e, conseqüentemente, um ensino de baixa qualidade.
- (D) falta de competência dos órgãos públicos ao formular as políticas educacionais.
- (E) fenômenos sociais que não podem ser revertidos por práticas individuais e de curto prazo.

39. *Nas escolas públicas de sociedades como a nossa, por vezes, o ensino está direcionado para o aluno dito normal, que tem o perfil psicológico e cultural da criança de classe média; e o aparelho escolar tende, em consequência, a fixar o desempenho do filho das classes trabalhadoras manuais como patológico, aberrante ou desviante (...) O professorado, oriundo maciçamente da classe média, gostaria de ver o seu modo de ser espelhado no comportamento escolar dos alunos egressos das classes trabalhadoras.*

Um projeto pedagógico que leva em conta a diversidade cultural precisa

- (A) socializar todos os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.
- (B) perceber a família como também responsável pela aprendizagem cognitiva de seus filhos.
- (C) ter sensibilidade para descobrir o código do outro antes de imediatamente catalogá-lo dentro de determinadas categorias.
- (D) diagnosticar os processos de alienação das classes populares, para assim planejar atividades que reorganizem a forma deles pensarem.
- (E) fornecer conhecimentos significativos para que as classes populares tenham o direito de reelaborar o pensamento espontaneísta existente.

40. *No muro de uma escola pública que dava para a rua, havia um pedaço que estava com marcas de terra. Ao se indagar sobre o porquê daquilo, os alunos contaram que aquele era o lugar por onde eles pulavam, nos finais de semana, para jogar futebol na quadra. Este era um fato conhecido por todos – professores, alunos e pais –, mas a proibição de entrar na escola era mantida e sistematicamente transgredida. No caso de se fazer valer a proibição, seria necessário adotar medidas de controle e punição. Não era o que ocorria. Simplesmente era proibido, mas nada acontecia se houvesse transgressão.*

A situação descrita permite afirmar que o que se aprende na escola não se reduz aos conteúdos programáticos organizados no currículo, mas também a

- (A) conhecimentos da atualidade, pela vivência dos professores.
- (B) comportamentos que atingem os objetivos pretendidos.
- (C) saberes práticos que levam os alunos à desobediência.
- (D) atitudes, valores, sentimentos na vivência das relações interpessoais.
- (E) habilidades como o *aprender a aprender* e *aprender a fazer*.



41. *Só porque eu sou preta eles falam que eu não tomo banho. Ficam me xingando de preta cor de carvão. Ela me xingou de preta fedida. Eu contei para a professora e ela não fez nada.*

Nessa situação, a escola reforça

- (A) as diferentes dificuldades a serem enfrentadas pelo aluno na vida.
- (B) os programas voltados à interação social dos alunos discriminados.
- (C) não apenas o currículo explícito, mas também o currículo oculto.
- (D) não apenas o preconceito racial, mas também prepara os alunos afetivamente para a vida.
- (E) os conteúdos voltados para a auto-imagem positiva de seus alunos.

Atenção: As questões de números 42 e 43 estão baseadas no texto abaixo.

Por que limitar-se a transmitir conhecimentos se os estudantes dispõem para isto, além da imprensa escrita, inventada há mais de 500 anos, outros meios de acesso às informações? Por que não privilegiar discussões em torno de temáticas levantadas junto aos alunos? Por que não prestigiar a aquisição de mentes criativas e inquiridoras, através de debates, de resoluções de problemas extraídos da própria realidade sociocultural?

42. Uma metodologia do ensino baseada na problematização

- (A) possibilita aos alunos perceberem-se como seres inseridos no mundo e, conseqüentemente, se sentirão estimulados a responder a novos desafios.
- (B) desenvolve os quatro pilares da educação básica: aprender a ser, aprender a aprender, aprender a ter e aprender a fazer.
- (C) permite o desenvolvimento intelectual do aluno de acordo com seu desenvolvimento psicológico.
- (D) pode gerar situações de conflito e, portanto, de angústia para a criança e para o adolescente, sempre que não acertar as respostas de um exercício.
- (E) dificulta o aprendizado de conteúdos voltados à preparação do aluno para a vida profissional.

43. Na problematização, a relação ação-reflexão-ação é o eixo básico de orientação do processo. Apoiada nos fundamentos da pedagogia crítica, a problematização tem por meta fundamental

- (A) o desenvolvimento da consciência crítica.
- (B) a resolução de problemas.
- (C) a assimilação lúdica de conhecimentos.
- (D) a aquisição de conceitos abstratos.
- (E) a aprendizagem mais rápida de competências.

44. *A avaliação está-se tomando o centro da aula, em torno da qual tudo gira (...) A avaliação faz parte do processo pedagógico, mas não podemos fazer o caminho inverso – ter a crença de que mudando o processo de avaliação, exclusivamente, melhora-se a qualidade da educação.*

Para se alterar esse processo educacional visando à qualidade do ensino é necessário

- (A) instrumentalizar os professores para que estes possam elaborar instrumentos mais eficazes para o processo de avaliação permanente.
- (B) centralizar a ação nos processos de produção de conhecimento e de ensino-aprendizagem que envolvem pesquisas e a relação professor-aluno.
- (C) repensar as várias formas de avaliação que estão sendo utilizadas na prática educativa e adequá-las às necessidades cognitivas dos alunos.
- (D) conhecer primeiramente a capacidade de aprendizagem do grupo de alunos, para depois planejar a forma mais adequada de realizar a avaliação.
- (E) investigar metodologias específicas para a realização da avaliação contínua, não tomando a avaliação como medida de final de processo.



45. Considere as funções da avaliação abaixo.

- I. Diagnóstica: permite detectar a existência de erros para a atribuição de nota e encaminhar os alunos para recuperação paralela quando for necessário.
- II. Formativa: consiste no fornecimento de informações que orientarão na melhoria do desempenho dos estudantes durante o processo, de modo a evitar o acúmulo de problemas.
- III. Somativa: implica fornecimento de informações a respeito do valor final do desempenho do educando, tendo em vista a decisão de aprová-lo ou reprová-lo.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

46. Na quinta série do 1o grau, a professora de Geografia logo na primeira semana de aula avisou que faria uma caixinha com o número de todos os alunos e outra com perguntas dos textos das unidades estudadas. Haveria também **uma terceira caixinha com castigos para quem as errasse**. "Castigos simples" como: pintar o nariz de vermelho, por chapéu colorido, andar para trás por toda a sala... Isso acontecia uma vez por semana com sorteio de cinco números. O nervosismo era terrível ...

Na sua origem esse tipo de avaliação serviu como

- (A) atividade motivadora da aprendizagem.
- (B) testagem de controle das emoções em situações críticas.
- (C) ação formativa dos compromissos escolares.
- (D) diagnóstico da aprendizagem.
- (E) instrumento de poder, controle e ameaça.

47. Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescenta à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. É preciso que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador.

A ausência de um processo formativo permanente de educadores, que inclua a preparação científica e política, impede a

- (A) avaliação de atividades educacionais realizadas por meio de material didático direcionado ao educador de crianças e adolescentes.
- (B) proposição de ação cotidiana qualificada que atenda aos interesses, desejos e necessidades dos diferentes alunos.
- (C) elaboração de um projeto planejado e preparado por especialistas.
- (D) efetivação de programas de educação à distância.
- (E) compreensão, por parte dos educadores, do real significado de sua profissão.

48. Não importa com que faixa etária trabalha o educador ou educadora. O nosso é um trabalho realizado com gente miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca.

Na organização curricular, o educador deve

- (A) conhecer bastante as estratégias de ensino relacionadas aos conteúdos a serem ensinados.
- (B) planejar conteúdos mínimos em defesa de uma educação comum como direito de todos.
- (C) construir a grade curricular a partir do interesse dos alunos.
- (D) identificar os conhecimentos já adquiridos pelo educando e o que desperta a sua curiosidade.
- (E) elaborar os planos de aula de acordo com a capacidade de aprendizagem dos educandos.



49. *A mesma realidade, sobre a qual se está agindo, pode ser enxergada de diferentes modos. A variação, por vezes, vem da posição de cada um dentro dessa realidade e frente a ela.*

Nessa perspectiva, planejar

- (A) não implica em ver as coisas de uma única e determinada maneira.
- (B) é buscar uma uniformização criativa.
- (C) não é um ato consequente se não houver consenso de idéias entre os participantes.
- (D) implica em resguardar a individualidade de todos os participantes do grupo.
- (E) envolve competência por parte de quem planeja e compromisso na prática de quem executa.

50. A escolha de uma metodologia implica, em primeiro lugar, na definição de uma determinada

- (A) dinâmica de trabalho e respectivas técnicas de aprendizagem.
- (B) avaliação diagnóstica, pois ela definirá os conteúdos curriculares.
- (C) concepção de educação que irá nortear o processo de aprendizagem.
- (D) teoria metodológica para não se cair no espontaneísmo.
- (E) teoria curricular que antecede a escolha metodológica.

51. O Planejamento Participativo pressupõe:

- I. Espaços de reflexão e construção coletiva.
- II. Opção por um único referencial teórico.
- III. Valorização das experiências e vivências dos participantes do grupo.
- IV. Competência técnica do coordenador para definir o planejamento final.
- V. Incorporação de propostas dos participantes do grupo, quando válidas para o trabalho.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e V.
- (C) II e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

52. A organização curricular por projetos pressupõe:

- I. Aprendizagem significativa.
- II. Definição de tema-problema.
- III. Grade curricular pré-definida.
- IV. Trabalho participativo e cooperativo.
- V. Pesquisa e análise crítica dos conhecimentos estudados.
- VI. Desprender-se dos conteúdos disciplinares para poder aprofundar o tema-problema.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, IV e V.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, IV, V e VI.
- (D) II, III e VI.
- (E) I, IV, V e VI.



53. Uma aluna de 11 anos pergunta em voz baixa à sua professora: *quando eu preciso começar a usar camisinha para não ficar grávida?*

Temas que partem da realidade do aluno, de seu interesse e/ou de suas necessidades compõem:

- (A) metodologia de aprendizagem comportamental.
- (B) dinâmica da escola participativa.
- (C) área do conhecimento de cada especialista.
- (D) organização do conteúdo em meta-disciplina.
- (E) organização curricular em projetos.

54. *Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim?*

Se o diálogo é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeito endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro...

Para que aconteça um processo de *aconselhamento* dialógico e reflexivo, o educador precisa

- (A) dominar o saber correto para a solução de cada problema existente.
- (B) aprender a realizar o aconselhamento adequado para cada situação.
- (C) saber escutar e reconhecer que o outro tem algo de importância a dizer.
- (D) indicar o caminho verdadeiro a se seguir para recuperar o educando.
- (E) apresentar o plano estratégico mais indicado para resolver o problema.

55. *Não podemos dedicar apenas um dia por ano à luta contra os preconceitos raciais e a marginalização. Um currículo democrático é aquele no qual estão presentes estas problemáticas durante todo o curso, todos os dias, em todas as tarefas e em todos os recursos didáticos.*

Um projeto democrático e não-excludente tem de ser planejado e desenvolvido com base na

- (A) organização de conteúdos culturais que representam a sociedade em que vivem.
- (B) avaliação da cultura do grupo para ser adequado à sua capacidade de aprendizagem.
- (C) possibilidade de participação cooperativa e solidária de cada membro do grupo.
- (D) revisão e reconstrução do conhecimento de todos e cada um dos grupos e culturas do mundo.
- (E) definição de metodologia participativa, para todos contribuírem na construção do projeto.

56. *Não ocorre, por acaso, o fato de que o mundo da produção cultural e das artes, em especial, a música, a poesia, o teatro e a dança, ocupam grande parte do universo de interesse juvenil. Os espaços hoje capazes de propiciar essas formas de agrupamento são raros (...) Na maioria das vezes, as relações sociais mais significativas são gestadas fora da escola e da família.*

As práticas que ocorrem fora de instituições educativas devem chamar a atenção dos pedagogos, para que estes possam se perguntar sobre

- (A) o tratamento que se deve dar à questão cultural frente aos problemas sociais existentes.
- (B) o tipo de experiência cultural que a instituição oferece no âmbito da sociabilidade juvenil.
- (C) a experiência educacional mais favorável à população juvenil com déficit cultural.
- (D) a melhor forma de abordagem com jovens excluídos de programas culturais.
- (E) o encaminhamento necessário à recuperação de jovens em liberdade assistida.



-
57. O Setor Social do Juizado da Infância e da Juventude de Belém do Pará conta com equipe interdisciplinar que deve
- (A) propiciar um atendimento socio-psico-pedagógico às crianças e adolescentes em situação de risco.
 - (B) providenciar um laudo médico que comprove a integridade física das crianças e adolescentes em situação de risco.
 - (C) convocar os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes buscando um diagnóstico prévio sobre as circunstâncias que geraram a situação de risco iminente.
 - (D) basear-se em prévio laudo psiquiátrico que possibilite uma avaliação fidedigna das condições psico-sociais das crianças e adolescentes em situação de risco.
 - (E) organizar um cadastro onde conste as anamneses de crianças e adolescentes em situação de risco já atendidas pelo Juizado.
-
58. Programas de Inclusão Social que visam à equidade e emancipação dos participantes, precisam fundamentalmente
- (A) considerar as dificuldades de aprendizagem das camadas socialmente excluídas.
 - (B) garantir a promoção de direitos sociais, não tratando de modo igual os desiguais.
 - (C) planejar atividades de acordo com as capacidades e habilidades demonstradas pela comunidade.
 - (D) diagnosticar as dificuldades socioculturais das pessoas participantes.
 - (E) definir atividades de compensação necessárias a cada grupo social.
-
59. Dentre os projetos de inclusão social do Programa Agupapé, o Projeto Fênix se propõe a resgatar
- (A) os direitos humanos, a partir da profissionalização dos apenados.
 - (B) a sociabilidade, por meio da arte musical, com possibilidade de ensinar a confecção dos instrumentos e viabilizar a abertura de pequenos negócios.
 - (C) a percepção do mundo, do outro e de si mesmo, estimulando a vontade pelo conhecimento e à volta aos estudos na rede pública de ensino.
 - (D) a cidadania, pela transmissão de conhecimentos técnicos e profissionalizantes e a realização de oficinas de serviço entre os próprios educandos e voluntários.
 - (E) a auto-estima, com o atendimento aos beneficiários de penas e medidas alternativas extensivo às suas famílias nas áreas de prevenção e tratamento relacionados ao abuso de álcool e drogas.
-
60. O Projeto "O Juizado Vai à Escola", executado pelo Comissariado da Infância e Juventude, tem como principal objetivo
- (A) fornecer orientação para a família matricular seus filhos na escola, alertando que os pais são responsáveis pelo estudo das crianças e dos adolescentes.
 - (B) reencaminhar as crianças e os adolescentes aos estudos e intermediar a obtenção de vagas em escolas públicas e gratuitas próximas de suas residências.
 - (C) divulgar junto às escolas públicas e particulares, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as atividades desenvolvidas pelo Comissariado.
 - (D) fazer com que se cumpra o Artigo 55 (Lei nº 8069/90 – ECA) que prevê que os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
 - (E) visitar periodicamente as escolas públicas verificando as razões das faltas constantes dos professores e, eventualmente, substituí-los nas aulas.
-
61. *O primeiro passo para se chegar à plena proteção dos direitos é informar e conscientizar as pessoas sobre a existência dos seus direitos e a necessidade e possibilidade de defendê-los.*
- A partir do exposto é possível afirmar que
- (A) a idéia de direitos humanos exige a compreensão do significado das responsabilidades individuais.
 - (B) o processo de emancipação passa necessariamente pelo aprendizado escolar.
 - (C) a autonomia dos indivíduos deve ser conquistada por meio do esforço de cada um.
 - (D) o conceito de cidadania traz em si os conceitos de todos os direitos humanos.
 - (E) a garantia dos direitos humanos será concretizada quando houver o cumprimento dos deveres legislativos.
-



Atenção: As questões de números 62 e 63 estão baseadas no texto abaixo.

Diariamente uma equipe com 50 policiais percorre as 187 escolas estaduais da cidade realizando revistas nos alunos ou promovendo palestras sobre a criminalidade entre os estudantes. Os alunos põem seu material escolar em cima da carteira. Os policiais passam abrindo as malas e revirando caderno. Depois, os estudantes são revistados ...

Assuntos relacionados ao mau comportamento dos alunos eram problemas dos guardas, enquanto aos professores restava o papel de ensinar, Matemática, Inglês, Física (...) Esqueceu-se que a escola é um lugar para se educar no sentido mais amplo dessa palavra...

62. As questões relativas à violência escolar

- (A) não podem ser tratadas de modo isolado mas em íntima articulação com a dinâmica educativa da escola como um todo.
- (B) devem fazer parte de um programa social que estude as carências dos educandos envolvidos no projeto educacional.
- (C) precisam ser diagnosticadas desde o início do trabalho formativo para, assim, proteger a instituição educacional.
- (D) não podem inviabilizar o projeto educacional, exigindo formas de punição severa por parte da própria instituição.
- (E) devem ser resolvidas na relação professor-aluno, e para tanto é preciso investir na competência técnica do educador disciplinador.

63. Numa proposta metodológica de educação em direitos humanos,

- (A) o educador precisa receber autorização da família para desenvolver a proposta.
- (B) a educação profissional é a melhor forma para se educar o adolescente.
- (C) o trabalho de conscientização deve ser iniciado pelos erros cometidos pelos jovens.
- (D) a partir do letramento, na infância, deve-se iniciar o aprendizado de direitos e deveres.
- (E) a vida cotidiana é considerada uma referência permanente para a ação educativa.

64. A Constituição Federal brasileira (1988) estabeleceu diversos dispositivos legais para inibir as arbitrariedades do Estado sobre o cidadão. Para a proteção dos direitos da criança, a Constituição impôs a regulamentação do seu artigo 227, do qual se originou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que abriga sob sua tutela

- (A) não mais a criança em situação social de risco, mas toda pessoa em fase de desenvolvimento, até os 18 anos de idade.
- (B) todas as crianças e os adolescentes até 21 anos de idade, em situação social de risco.
- (C) qualquer criança em "situação irregular", seja a criança abandonada ou sob risco de maus tratos.
- (D) toda criança de zero a 12 anos incompletos, em fase de pleno desenvolvimento e os adolescentes em situação social de risco.
- (E) as crianças e os adolescentes com problemas graves de disciplinas e os infratores.

65. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, assegurar à criança e ao adolescente direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura é dever

- I. da sociedade;
- II. do Estado;
- III. da família;
- IV. da escola;
- V. das entidades não governamentais.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, IV e V.



66. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90) estabelece que

- I. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- II. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
- III. Ao adolescente aprendiz, arrimo de família, é facultativa a frequência ao ensino fundamental.
- IV. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- V. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, IV e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II, III e V.
- (E) I, II, IV e V.

67. O ECA determina ao Conselho Tutelar aplicar às crianças menores de 12 anos, autoras de ato infracional de qualquer tipo, medidas

- (A) de obrigação de reparar o dano.
- (B) de prestação de serviços à comunidade.
- (C) específicas de proteção.
- (D) sócioeducativas.
- (E) de semi-liberdade em estabelecimento educacional.

68. *Um aluno chegou aqui marcado de pancadas; perguntei o que era e ele disse que foi ao baile funk... e lá fizeram corredor polônês, onde se deve apanhar, sem reclamar. A mãe foi chamada porque esse menino nem copiava o dever. Comentamos, então, sobre as marcas, e ela disse: ele nem vai a baile funk, sou eu mesmo quem bate.*

De acordo com o ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental

- (A) deverão se dirigir à instância superior na Secretaria de Educação, para as medidas cabíveis.
- (B) receberão a visita do Assistente Social do Conselho Tutelar na escola, para as devidas verificações.
- (C) recomendarão afastamento do aluno, enquanto este estiver sem condições de frequentar a escola.
- (D) comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.
- (E) deverão exigir a presença semanal dos pais ou responsável para orientação familiar.

69. Nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de

- (A) 50% do percentual permitido em lei.
- (B) 30% do percentual permitido em lei.
- (C) 25% do percentual permitido em lei.
- (D) 15% do percentual permitido em lei.
- (E) 10% do percentual permitido em lei.

70. De acordo com a Lei nº 9.394/96 (LDB), o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- II. gratuidade do ensino fundamental em todos os estabelecimentos de ensino;
- III. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV. valorização da experiência extraescolar;
- V. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- VI. padrão de qualidade estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação;
- VII. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, IV e VII.
- (B) I, III, IV, V e VII.
- (C) III, IV, V e VI.
- (D) II, III, IV, V e VI.
- (E) I, II, III, VI e VII.